

Família em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica*

Tania Salem

Neste texto proponho-me a resenhar trabalhos que tomam, como objeto, a família em camadas médias urbanas ou que, de algum modo, aludem a esta questão. Não tenho aqui a pretensão de esgotar toda a literatura: além de restringir-me à produção recente, focalizo apenas os estudos que vêm sendo desenvolvidos no Rio de Janeiro – notadamente no Museu Nacional. Este recorte se justifica com base no fato de que é neste centro que vem se constituindo *uma tradição que privilegia a temática das camadas médias e, ainda, que o faz segundo uma perspectiva teórica e um estilo acadêmico particulares*.¹ Não obstante, são também aqui considerados trabalhos que vêm sendo elaborados em outras instituições como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC/RJ, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ – que, grosso modo, apresentam afinidades significativas com a produção do Museu Nacional. De qualquer forma, parece inegável que esta tradição se inicia com a publicação, em 1973, de *A Utopia Urbana*, de Gilberto Velho.²

Os trabalhos aqui examinados diferem consideravelmente em termos de seu acabamento final: ao lado de teses já concluídas e de artigos já publicados, são também considerados textos

que ensaiam resultados parciais (e portanto sujeitos a revisões) de teses em fase de elaboração. Dos estudos já finalizados apenas alguns poucos estão explicitamente dedicados à análise de representações sobre a família ou parentesco. Entre estes, cabe mencionar alguns artigos de Velho (1981, cap. 4 e 8; 1983), os trabalhos de Abreu Filho (1980, 1981 e 1982) – que investigam as categorias que organizam o domínio do parentesco tomando como objetivo 34 famílias elementares ligadas entre si por critérios de consanguinidade e de afinidade em uma cidade do interior de Minas Gerais – e ainda o estudo de Salem (1980) que examina a relação entre pais e filhos-adultos quando ainda coabitando sob um mesmo teto.

Três teses recém-defendidas também trazem importantes contribuições para a temática aqui considerada: a de Rocha (1985) que pesquisa o assunto da separação privilegiando mulheres de camadas médias urbanas de Porto Alegre; a de Almeida (1985b) que, tomando o conceito de desmapeamento como fio teórico condutor, contrasta representações de mulheres que foram mães na década de 50 com as de suas filhas que têm filhos nos anos 80 e ainda a de Lins de Barros (1986) que se dedica a examinar representações e vivências familiares tomando os avós como referência fundamental.

*Agradeço a Luiz Fernando Dias Duarte pelos comentários e sugestões feitos a este texto.

Dos trabalhos em andamento, e que elegem a família como foco importante de suas preocupações, cabe citar os de Dauster (1984, 1984a e 1985) que buscam deprender concepções de maternidade e de paternidade em um segmento intelectualizado e psicanalizado carioca; os de Salem (1983, 1984a, e 1985) que, focalizando o chamado "casal grávido", analisa as relações do núcleo familiar em constituição com as famílias de origem do casal e ainda o de Costa (1984) que versa sobre a prática da adoção em famílias de segmentos médios.

Afora estes, os outros trabalhos têm, como objetivo central, a apreensão dos valores, da visão de mundo e do estilo de vida de determinados segmentos das camadas médias. Nestes casos a análise da família ou do parentesco é, em princípio, trabalhada como um tema subsidiário em relação a esta outra questão, tomada como central. Não obstante, como veremos adiante, em termos etnográficos, a temática familiar desponta como uma dimensão fundamental e como um valor chave na estruturação da visão de mundo destes segmentos.³

Uma das questões com a qual se defrontam estes trabalhos diz respeito ao valor heurístico da noção de "camadas médias". Verifica-se entre os autores um consenso no que tange às reservas feitas tanto à vertente de estratificação social quanto a que escolhe a perspectiva de classes. De um modo geral, ambas são vistas como incapazes de dar conta das descontinuidades observáveis em termos de *ethos* e de visão de mundo apelando exclusivamente para indicadores que procuram situar estes segmentos a partir de sua situação e posição na estrutura social.⁴ Por conseguinte, ainda que na discriminação do universo, os trabalhos aqui examinados façam apelo a critérios "sociológicos" (como renda, educação, inserção profissional etc.), insiste-se, por um lado, na auto-representação destes segmentos e, por outro, no recurso as noções como *grupo de status*, *ethos*, *eidós* — e outras que privilegiam os aspectos simbólicos — como os instrumentos teóricos mais adequados para lidar analiticamente com os grupos pesquisados.

Estas "opções" estão visceralmente comprometidas com as premissas teóricas e metodológicas que informam esta produção. Assim é que, ao incidir na moralidade de segmentos de camadas médias como o campo temático privilegiado, estes trabalhos sustentam que a compreensão da lógica simbólica e dos padrões éticos não pode ser mecanicamente deduzida ou apreendida a partir de critérios sócio-econômicos. Evidentemente não se nega que as diferenças eco-

nômicas forneçam parâmetros gerais importantes que permitem estabelecer demarcações significativas entre grupos; apenas insiste-se que a elas devem estar associadas outras distinções de cunho mais simbólico. Com efeito, quando estas últimas são levadas em consideração, o mapeamento, bem como as fronteiras que demarcam os diferentes segmentos das camadas médias, assume contornos distintos daqueles estabelecidos com base apenas em critérios sócio-econômicos.

Assim, por exemplo, o fato de os grupos investigados serem afeitos à linguagem e ao *ethos* psicanalítico pode se constituir em um critério relevante na caracterização do universo em virtude de sua presumível afinidade com relação aos preceitos do individualismo qualitativo (Simmel, 1971).⁵

É bem verdade que a ênfase nestes aspectos mais propriamente "culturais" remete para a questão de "localizar experiências suficientemente significativas para criar fronteiras simbólicas" (Velho, 1981: 16), ou seja, para o problema da demarcação de experiências capazes de gerar uma identidade comum entre os indivíduos. Retomo esta questão mais adiante quando examinar os critérios segundo os quais os autores recortam o universo social a ser considerado.

Por ora cabe ressaltar que subjaz à noção de fronteira simbólica um modo particular de conceber a identidade dos grupos examinados. A importância concedida à auto-classificação dos segmentos estudados (não só como sendo "médios" mas também como "vanguarda", por exemplo) — aliada ao recurso a conceitos como *grupos de status*, marcas de distinção, etc. — engendra o recorte de entidades sociais com base em fronteiras simbólicas. Estas teriam, como característica central, o fato de que, "ao se segmentarem indefinidamente, deslocam para sempre questão da substância da diferenciação e da hierarquia sociais. Não é próprio a este tipo de classificação um reconhecimento absoluto das diferenças, ou seja, uma positivação das posições atribuídas" (Heilborn, 1984:3). Em outras palavras — e descortina-se aqui mais uma significativa diferença entre a perspectiva que examinamos e a da estratificação social — afirma-se a impossibilidade de uma demarcação universal e irrelativizável das identidades sociais. Decorre daí que a identificação destes segmentos como "médios", "vanguardistas", "individualistas" ou "modernos" não aponta para uma identidade substantivada mas sim para uma identidade em situação ou em relação a outras identidades sociais.⁶

Destas considerações resulta também que a unidade dos segmentos médios não é postulada como uma necessidade.⁷ Pelo contrário, a diversidade de *ethos* no interior das chamadas camadas médias, bem como sua condição plural, é reconhecida como uma premissa da abordagem aqui examinada. Este princípio, por sua vez, está ancorado na idéia de que uma das peculiaridades simbólicas definidoras das sociedades complexas modernas (ou da vida metropolitana) é a coexistência, bem como a produção por parte dos agentes sociais nelas inseridas, de múltiplos códigos culturais.⁸ O objetivo central dos trabalhos aqui considerados é justamente o de apreender o modo de operação ou a lógica que informa estes diferentes códigos.

As observações até aqui feitas — e que confluem no sentido da ênfase atribuída aos aspectos simbólicos — conduzem à questão de quais os critérios utilizados para recortar o universo social a ser considerado; em outros termos, de como demarcar fronteiras simbólicas com relação a outros grupos ou identidades sociais. O papel estratégico que a noção de *network* desempenha, enquanto consubstancializando uma unidade de análise privilegiada por esta literatura, não é casual. Com efeito, este conceito tem sido utilizado para denotar uma unidade social cuja sociabilidade se encontra destacada tanto das redes de família e de parentesco quanto de ancoragens geográficas e residenciais restritas. Neste sentido, a noção de *network* qualifica, de modo apropriado, a forma típica de organização da sociabilidade no espaço urbano — ou, ao menos, a das camadas médias. Mais do que isso: justamente por promover a conexão entre indivíduos geralmente dispersos no meio urbano e por ser construído com base em critérios de “escolhas” e “afinidades”, o *network* implica, quase que por definição, em fronteiras simbólicas com relação a outras identidades sociais. É com base nesse conceito que Velho (1981), Dauster (1985), Abreu Filho (1980) e Heilborn (1984) demarcam os universos sociais a serem investigados.⁹ Contudo, cabe ressaltar que nos dois últimos autores — que focalizam respectivamente representações sobre parentesco em uma cidade de interior tomando como ponto de partida um grupo de *siblings* e o estudo dos valores das camadas médias em um subúrbio carioca privilegiando, como recurso de aproximação do objeto, um *network* de jovens — este conceito assume um colorido especial e, num certo sentido, não típico. Ou seja, as situações por eles focalizadas se afastam do modo preferencial pelo qual as classes médias urbanas organizam sua sociabilidade na medida em que,

em ambos estes casos, o *network*, além de profundamente enraizado nas relações de parentesco, está ancorado na localidade, implicando em uma sociabilidade espacialmente concentrada. Poder-se-ia dizer — como aliás o faz Heilborn — que esta configuração particular remete para o que Bott (1976) denominou de *network* do tipo “malha estreita”, caracterizada por uma densidade expressiva de relações e onde não só parentes, vizinhos e amigos se conhecem uns aos outros como também freqüentemente as mesmas pessoas ocupam estas diferentes categorias. Como veremos adiante, esta é uma das características que permite definir os universos pesquisados por Abreu e por Heilborn como “tradicionais”. Importante também para esta qualificação é a segregação dos papéis conjugais e dos espaços femininos e masculinos — fenômeno que, segundo Bott, estaria associado à organização da rede de malha estreita.

Uma outra forma de recortar o objeto de investigação — porquanto também demarcando fronteiras simbólicas ou uma identidade comum — remete o que pode ser chamado de “experiências sintetizadoras”. Ser psicanalizado, utilizar-se de tóxicos de modo regular imputando um significado particular a esta prática (Velho, 1975), aderir à ideologia do “casal grávido” (Salem, 1983, 1984 e 1985) ou, ainda, ser acusado de “subversivo” ou de “drogado” (Velho, 1981, cap. 3) podem ser concebidas como “experiências sintetizadoras” na medida em que não só condensam uma visão de mundo como também exigem, ou expressam, um tipo específico de *ethos* por parte dos agentes que aderem a estas práticas.¹⁰ Por exemplo, independentemente de coloridos idiossincráticos, o “casal grávido” está, em termos típicos, comprometido com uma concepção mais igualitária de papéis e identidades sexuais, com a crítica ao sistema médico dominante, com a valorização do “natural” — enfim, com a “mudança”. A prática de ser psicanalizado, por sua vez, vem sendo destacada por diferentes autores como uma experiência visceralmente associada a uma forma particular de individualismo que confere proeminência ao indivíduo e à subjetividade, que atribui importância à verbalização e elaboração das emoções e ainda que sacraliza as experiências pessoais como sendo irredutivelmente únicas e singulares. O nível de comprometimento entre o ser psicanalisado (ou o próprio saber psicanalítico) e a ideologia individualista expressa-se na proposta de Figueira (1981) que assinala “uma homologia entre a psicanálise individualista, a cultura psicanalista individualizante e o individualismo psicologizado”. Neste mesmo artigo o

autor sugere ainda que “para o desgosto de uns e alívio de outros a psicanálise se tornou, no Brasil, visão de mundo” — endossando assim a idéia de que a experiência de ser psicanalisado expressa uma experiência sintetizadora.

Em suma, ao mesmo tempo que a cada uma destas experiências sintetizadoras está atrelada uma configuração de valores, elas demarcam fronteiras simbólicas com relação a outras identidades sociais. Mas, cabe assinalar, esta noção pode ser remetida tanto a um nível mais etnográfico quanto a um plano mais propriamente analítico. Ou seja, por um lado, uma experiência pode ser considerada como sintetizadora pelos próprios sujeitos observados de tal modo que ela pode reforçar — ou até mesmo gerar — uma identidade comum. Este parece ser o caso, por exemplo, do *network* investigado por Velho (1975): ainda que seus membros já funcionassem como um grupo antes da introdução dos tóxicos no seu interior, esta prática redundou em um reforço de suas fronteiras e de sua identidade.¹¹ Por outro lado, precisamente por condensar um elenco de valores e um tipo específico de *ethos*, a experiência sintetizadora pode ser identificada, pelo analista, como recortando um universo simbólico. Se é fato que esta fronteira simbólica pode coincidir com os limites de um *network*, parece também plausível postular que a experiência sintetizadora pode não estar ancorada em nenhum *network* específico. Em outras palavras, neste último caso, a experiência sintetizadora permite estabelecer, de um ponto de vista analítico, a passagem de um grupo de *network* para um grupo de *ethos*. A experiência do ser psicanalisado e a do casal grávido, por exemplo, são ilustrativas do fato de que é possível recortar uma realidade sociológica, uma fronteira simbólica ou uma identidade comum sem qualquer ancoragem em uma entidade tipo *network* ou grupo em sentido estrito.

Independentemente de como é efetuado o recorte do objeto, o fato é que — vale repetir — o tema unificador dos trabalhos é a lógica das regras que constituem a moralidade do grupo estudado. E, mesmo que a questão da família não seja o foco inicialmente privilegiado, ela acaba por se revelar, de um ponto de vista etnográfico, como um tópico fundamental na construção da moralidade do grupo. Com efeito, a família aparece, na representação dos agentes, como uma referência crucial na definição de suas identidades sociais ou na elaboração de seus projetos de vida. Mais precisamente, ainda que esta referência possa estar investida de uma conotação positiva ou negativa (sugerindo, no

primeiro caso, valores centrados na permanência, na continuidade e na reprodução e, no segundo, uma ênfase valorativa na mudança e na diferenciação) — o fato é que a temática familiar se impõe, aos olhos dos próprios agentes, como fundamental. Boa parte da literatura aqui examinada tem recorrido ao marco teórico do individualismo/hierarquia tanto para qualificar a visão de mundo ou moralidade prevalescente no universo investigado, quanto para caracterizar o modo preferencial através do qual se verifica a construção social da pessoa ou das identidades — quer individuais, quer familiares — no segmento eleito para investigação. Em outras palavras, a forma como se estrutura e se articula não só a relação ego/família, como também a relação entre unidades familiares ou grupos domésticos, vem sendo pensada, e trabalhada, à luz da maior ou menor proximidade do universo investigado com relação à ideologia individualista.

É bem verdade que não há um consenso absoluto entre os autores quanto ao modo de conceber a questão do individualismo, ainda que todos se inspirem basicamente em Simmel e/ou Dumont.¹² Tentando conciliar suas diferenças pode-se dizer que, enquanto categoria teórica, o individualismo alude tanto a um fenômeno historicamente engendrado e localizado quanto ao valor moral central da configuração ideológica moderna. Ou seja, tal conceito refere-se, em termos modelares, a um processo de segmentação não hierárquico do todo em domínios crescentemente autônomos promovendo, concomitantemente, um deslocamento da representação — e do valor — da totalidade para o indivíduo. Mas o termo “indivíduo” refere-se não apenas ao “indivíduo sujeito moral” como também ao “indivíduo coletivo”, isto é, ao grupo que se destaca (ou que visa se destacar) de instâncias mais encompassadoras.¹³ Nesta medida, o fenômeno do individualismo pode ser focado em dois planos, não necessariamente excludentes entre si: de um lado, como um de seus desdobramentos, o indivíduo, agente empírico, é erigido à categoria de sujeito moral e psicológico, isto é, ele passa a ser pensado e a se pensar como um ser liberto de redes sociais mais encompassadoras e também a se auto-representar como em ente singular, único e dotado de um *inner-self*. De outro, o fenômeno do individualismo diz respeito também à individualização de grupos que se destacam de instâncias sociais mais abarcantes: neste sentido, a família nuclear (ou o valor a ela imputado) — enquanto um conceito que denota uma unidade desprendida de redes de parentesco mais extensas —

constituiria também uma manifestação do individualismo.

Além do investimento na idéia de indivíduo (singular ou coletivo), o individualismo é visto como mantendo um compromisso genético com os valores da igualdade e da liberdade, de um lado, e, de outro, com os da "mudança" e do progresso moral (associados à representação do tempo como linear e evolutivo). Quando o foco de análise recai sobre a vertente psicologizante da ideologia individualista — ou sobre o que Simmel denominou de individualismo qualitativo em distinção ao de tipo quantitativo — surgem outros valores associados tais como a ênfase na diferenciação, na consciência do *self*, na "autenticidade", na "coerência", nas escolhas pessoais, na noção de projeto, etc.¹⁴

Incidindo em um ponto de vista mais etnográfico, alguns dos autores aqui examinados, ao trabalharem com a temática do individualismo, destacam o acelerado processo de modernização pelo qual atravessou a sociedade brasileira a partir dos anos 50. A ideologia desenvolvimentista, o recrudescimento da influência norte-americana e o *boom* da Psicanálise verificado nos anos 60/70 nos grandes centros urbanos teriam provocado alterações significativas nos valores e na visão de mundo das camadas médias urbanas atingindo, inclusive, a família. Velho (1981, cap. 4) sugere que, sob o impacto da ideologia capitalista modernizante, a família de alguns segmentos das camadas médias sofreu um processo de nuclearização. Ou seja, articulada em torno de um projeto de ascensão social, verificou-se a contração da sociabilidade da unidade doméstica, acarretando uma densificação e concentração de emoções dentro de seu limitado âmbito. Figueira (1981, 1985 e 1985a) propõe que, ao lado da "família hierárquica" — no interior da qual as diferenças por sexo e idade são reconhecidas como definidoras da pessoa — instala-se o valor da "família igualitária", onde estas distinções tendem a desaparecer: "somos formalmente iguais mas pessoas diferentes (...) as diferenças são resultado de opções subjetivas" (1985a). Visto sob uma outra ótica, o valor imputado à "opção", à "vida pessoal, privada e subjetiva" — ao "eu", enfim — são vistos como temas que se afirmam com maior vigor e com maior legitimidade a partir dos anos 60/70. O *boom* psicanalítico observado nestas décadas é interpretado por estes estudiosos como fornecendo uma linguagem para a modernização e é também destacado como consequência, ao mesmo tempo que produtor, deste tipo de individualismo.

Por outro lado, esta literatura assinala também que a ideologia individualista não se encontra igualmente disseminada no interior das camadas médias brasileiras, postulando-se, por conseguinte, a questão de ênfases culturais diferenciais no tocante ao individualismo. De um modo geral, os autores estabelecem uma correlação positiva entre, por um lado, a complexidade de trama social, a fragmentação de domínios e de papéis e a heterogeneidade de experiências sociais e, de outro, a atualização de um individualismo mais pleno. Em outras palavras, a maior ou menor permeabilidade dos grupos sociais à ideologia individualista é explicada, ao menos em parte, com base em variáveis sociológicas: "quanto mais exposto estiver o ator a experiências diversificadas, quanto mais tiver de dar conta de *ethos* e visões de mundo contrastantes, quanto menos fechada for sua rede de relação ao nível do seu cotidiano, mais marcada será a sua autopercepção de *individualidade singular*". (Velho, 1981:32).

Contudo, os autores ressaltam que, mesmo nos segmentos onde esta ideologia é mais preponderante, observa-se uma constante tensão entre os valores individualistas e os hierárquicos. Colocando de forma mais genérica: tomando como pano de fundo a dicotomia individualismo/hierarquia, esta literatura insiste na questão de uma dominância relativa, e não exclusividade absoluta, da ideologia que adquire proeminência em um dado segmento social. Nesta medida, e de modo recorrente, alude-se a uma tensão derivada da presença de orientações culturais bordinadas que, em determinadas situações e contextos, deixam-se vaziar, contraditando os padrões ideológicos dominantes. São estas questões — traduzidas para a temática da família — que ocupam agora nossa atenção.

Antes porém cabe observar que, embora os autores examinados associem a ideologia individualista ao "moderno" (isto é, onde o indivíduo adquire proeminência sobre o todo) e a ideologia hierárquica ao "tradicional" (ou seja, onde a totalidade tem precedência sobre as partes), eles procuram também demarcar suas diferenças com relação ao senso comum (mas não só ele) onde o binômio tradicional/moderno encontra-se comprometido com *bias* evolucionista. Assim, "está presente na dicotomia tradicional/moderno a representação da sociedade como monolítica. Ela admite a diferença sob um eixo diacrônico mas postula uma substancialidade idêntica, na medida em que o caminho que a mudança indica para o "tradicional" é aquele que desemboca num determinado lugar e concepção de "moderno" (Heilborn, 1984: 173/

174). Esta literatura lida criticamente com esta idéia em vários sentidos: em primeiro lugar, retira da definição do "tradicional", bem como da do "moderno", qualquer qualificação valorativa; em segundo, a "modernidade" não é pensada sob um prisma evolucionista na medida em que não se trata de distinguir dois modos de ser, ou de pensamento, que se opõem e se sucedem mas, antes, modalidades que, embora se diferenciando, coexistem e não necessariamente se sucedem. A hipótese de uma linearidade evolutiva postulada *a priori* é também descartada em função dos próprios pressupostos desta literatura que insiste na diversidade de *ethos* das camadas médias (mas não só delas) como um fenômeno intrínseco à sociedade moderna complexa. Por último, a própria tensão vislumbrada pelos autores entre princípios individualistas e hierárquicos — seja em segmentos onde domina a lógica individualista, seja em segmentos onde prevalece a ordem hierárquica — revela, desde logo, que o binômio tradicional/moderno não pode ser pensado como composto de categorias estanques.

Feita esta ressalva, vejamos quais são as principais conclusões etnográficas sobre família passíveis de serem apreendidas com base nestes estudos sobre camadas médias. Pode-se postular, grosso modo, dois paradigmas de representações sobre família estreitamente associadas a dois *ethos* contrastantes os quais, por sua vez, encontram-se fundados em experiências sociais distintas. Ou seja, o pólo "tradicional" congrega representações de segmentos sociais moradores em subúrbios ou em cidades de interior enquanto que o pólo "moderno" alude às representações de grupos que, além de moradores na Zona Sul, são intelectualizados e freqüentemente psicanalisados. É justamente este último universo que abraça a ideologia individualista com maior vigor.

Os trabalhos de Abreu Filho (1980, 1981, 1982), de Heilborn (1984, 1984a) e também, o de Salem (1984) — que examina a configuração familiar em camadas médias tomando como material algumas peças da dramaturgia de Nelson Rodrigues — focalizam os segmentos médios "tradicionais". Sobressai, nestes estudos, o papel crucial que o parentesco, bem como a vizinhança, desempenha na estruturação da visão de mundo dos agentes, na construção e elaboração de suas identidades sociais e, ainda, na própria organização de sua sociabilidade. Com efeito, os casos examinados ajustam-se à clássica definição de uma "rede de malha estreita" havendo uma superposição significativa dos domínios do parentesco, da vizinhança e das amiza-

des. Neste contexto os autores sociais, além de reconhecerem e valorizarem a importância das relações de parentesco, se auto-representam como englobados e encapsulados pela ordem familiar. Tomemos, a título de ilustração, a categoria de *sangue*, bem como as de *raça* e *nome de família*, destacada por Abreu Filho enquanto demarcadora do domínio do parentesco. O *sangue* é percebido pelos agentes como um vetor físico-moral, ou seja, ele significa não apenas uma substância formadora do corpo mas também um elemento que forma o caráter, recobrando assim o campo de moral. Infere-se daí que os indivíduos, bem como as famílias elementares, não se percebem como individualidades irreduzíveis e autônomas, mas antes, como partes de uma totalidade que os transcendem e os constroem.

Os segmentos "modernos" estudados se organizam preferencialmente sob a forma de *networks* que, em termos modelares, promovem a conexão de indivíduos ou de famílias dispersos no meio urbano: [estas] pessoas circulam mais por diferentes *regiões morais* do que uma pequena classe média de Zona Norte do Rio de Janeiro ou a maioria dos grupos de baixa renda. Essa camada média intelectualizada, psicologizada da Zona Sul conta com recursos materiais e simbólicos que permitem que sua identidade dependa menos da família ou de uma rede de vizinhança como grupo de referência mais exclusivo (...). Nem o parentesco, nem a religião englobam esses indivíduos que circulam entre diferentes domínios e instituições". (Velho, 1983: 7 e 8). De fato, ainda que seus *networks* possam incluir alguns familiares, a rede de sociabilidade destes indivíduos é predominantemente construída com base em critérios de escolhas pessoais e de afinidades. Numa certa medida, estes mesmos critérios revelam-se também presentes na própria determinação do que seja família: Dauster (1985: 18 e 27) e Salem (1980: 118/119) mostram como que estes sujeitos, sem desprezarem por completo os vínculos de consanguineidade e de afinidade, relativizam sua importância ou, ao menos, os reinterpretam com base em noções como afeto, solidariedade, empatia etc.

A tônica individualista que caracteriza estes segmentos expressa-se ainda no valor conferido à autonomia do indivíduo e à sua liberdade. De fato, de modo não raro, as reservas feitas à instituição familiar fundamentam-se na idéia que ela compromete os movimentos do "eu" (Velho, 1975; Salem, 1980 e 1985). Colocando em termos mais genéricos, neste segmento individualista, o relacionamento entre o indivíduo — sin-

gular ou coletivo — e a unidade maior que o contém tende a ser sempre representado como ambivalente, quando não conflitivo. Assim, é em nome da preservação de sua identidade e da integridade de seu projeto de uma “gravidez a dois” que o casal grávido evita, ao menos durante a gestação, a intensificação de contatos ensinada pelas famílias de origem cujo comportamento é considerado como “intrusivo” e “controlador” (Salem, 1985). Da mesma forma, o “casal moderno ou emancipado” constrói seu projeto de um “relacionamento aberto” advogando a prevalência do indivíduo sobre a díade (Heilborn, 1980 e 1981). Os *singles* estudados por Moraes (1985) — que optam por morarem sozinhos em nome de “maiores possibilidades de desenvolvimento profissional, mais autonomia, maior privacidade, acesso a novas experiências sexuais etc.” e ainda, a forma de relacionamento entre casais que decidem pela coabitação separada em nome da “preservação de um espaço próprio”, da “liberdade”, da “igualdade” e da “autonomia pessoal de cada parceiro” (Vaitsman, 1985) — também invocam, de algum modo, a tensão entre o indivíduo e a unidade maior que o abarca.¹⁵

Em um de seus artigos, Velho sugere que as camadas médias vivem, de forma dramática, “o dilema de mudar ou permanecer” (1981: 108). Ou seja, embora não descartando que este dilema esteja também presente em outras categorias sociais, o autor propõe que este é um fenômeno quase que constitutivo do *ethos* dos segmentos médios justamente por estarem eles mais expostos a veículos e ideologias de modernização. Nas conclusões de seu trabalho, Heilborn (1984) discute e relativiza a generalidade desta proposta. O fato de a autora eleger os jovens como recurso de aproximação para estudar a moralidade das camadas médias suburbanas torna a questão ainda mais interessante posto que a literatura especializada destaca esta categoria etária como especialmente sujeita e sensível à mudança social. Ora, com base nos dados levantados, a autora atesta a pouca veemência dos conflitos geracionais, não registrando ainda nenhuma ruptura significativa dos jovens com relação às aspirações, valores e projetos de vida das gerações mais velhas. Heilborn sublinha que o universo investigado não está distante do cotidiano da metrópole: além de exposto aos meios de comunicação de massa, os jovens têm consciência das diferenças culturais que os separam de outros grupos — e, mesmo assim, valorizam sua “opção” e seu modo de vida. Ela sugere ainda que “o papel desempenhado pela família, pelo parentesco e pela vizinhança dá suporte a

uma experiência social que não objetiva a mudança”. (1984: 112).

Bastante diversas são as conclusões dos autores que se centram nos segmentos médios permeados pela ideologia individualista. Nestes, o compromisso com o “novo” e com a “mudança” (sobretudo no sentido de um “aperfeiçoamento pessoal” ou em direção a uma maior “autenticidade”) constituem temas-chave. São eles os grandes consumidores das terapias “alternativas” que aparecem no mercado — como homeopatia, bionérgica, trabalhos com o corpo, alimentação “natural” etc. — com eles também são eles que ensaiam formas alternativas de relacionamento familiar: os “casais grávidos”, os “casais emancipados”, os *singles* e as mães solteiras estudadas por Dauster (1985a) são casos ilustrativos. Justifica-se assim sua recorrente auto-imagem “vanguardista”. O anseio por distinguir-se, de um ponto de vista moral, das famílias de origem é uma tônica bastante presente nestes segmentos e, de modo não raro, seus projetos alternativos são estruturados tomando, como modelo negativo, a moralidade prevalente na geração parental. Nessa medida, tanto quanto nas camadas médias “tradicionais”, a família consta como referência fundamental na construção de suas identidades só que, no caso dos segmentos individualistas, esta construção se verifica antes pelo contraste do que pela similaridade.

As ideologias concernentes à divisão de papéis de gênero são nitidamente distintas no universo das camadas médias “tradicionais” e no dos “modernos”. Não parece casual o fato de que todos os autores que elegeram, como objetos de investigação, os primeiros segmentos tenham recorrido ao conceito de “honra mediterrânea”, tal como desenvolvido por Pitt-Rivers, para descrever o modo como aí se alocam os atributos específicos a cada um dos sexos. Neste contexto, homem e mulher são concebidos como distintos e complementares: a mulher — símbolo da moral doméstica — está basicamente referida à família e ao lar ao passo que o homem, ao domínio público e ao trabalho. Enquanto que as mulheres são avaliadas em função de sua conduta moral, os homens o são com base no seu desempenho profissional. Observa-se assim uma ênfase valorativa em uma demarcação rígida entre os papéis sexuais bem como entre os domínios e as fronteiras do masculino e do feminino. Os segmentos individualistas — calcados no valor da igualdade — dispõem-se a uma revisão neste arranjo. Ou seja, não só contestam a divisão tradicional de papéis sexuais como também propugnam, em certos casos, o

esmaecimento das diferenças entre o masculino e o feminino. Este valor parece dramatizar-se, de forma paroxística, na experiência do casal grávido. Em algumas sessões dos cursos pré-natais que estes casais freqüentam propõe-se, como exercício, a simulação conjunta de contrações uterinas e, em dramatização sobre a hora do nascimento, é o homem que desempenha o papel da mulher que está parindo: “este fenômeno ilustra, em suma, um caso limite da concepção igualitária entre gêneros porquanto estimula uma com-fusão entre entidades, e corpos, femininos e masculinos e precisamente em uma situação na qual a condição feminina encontrase biologicamente inscrita” (Salem, 1985: 36).

A ênfase diferencial na hierarquia e na igualdade reproduz-se ainda no modo como estes dois universos concebem o relacionamento entre pais e filhos: no espaço “tradicional”, o convívio doméstico é marcado pela assimetria e noção de “respeito” e “autoridade” (Heilborn, 1984) ao passo que os segmentos individualistas propugnam um relacionamento “aberto”, “franco” e pautado no “diálogo”, além de dedicarem especial atenção aos aspectos subjetivos e psicológicos da personalidade infantil (Dauster, 1984, e Salem, 1985). Lo Bianco destaca, como um dos desdobramentos da “cultura psicanalítica”, o fenômeno da “psicologização do feto” entendido como “expressão da busca de um aperfeiçoamento de relação materno-infantil que é feita retroceder à época anterior ao próprio nascimento da criança” (1985: 95).

Cabe ressaltar que apenas por razões de recurso de exposição as características morais pertinentes a cada um dos segmentos foram listadas separadamente. Em realidade, cada uma das colunas forma uma espécie de totalidade na qual os valores descritos encontram-se interligados uns aos outros redundando num sistema dotado de uma certa coerência interna. Por outro lado, o material etnográfico dos trabalhos aqui examinados também leva a uma subversão ou, ao menos, a uma necessidade de matizar a oposição entre a ideologia hierárquica e a individualista.

Em outras palavras, como já referido, os autores assinalam, em cada universo, uma constante tensão derivada da presença de códigos culturais subordinados que, em determinadas situações, vêm se afirmar contraditando assim os padrões ideológicos dominantes. No que concerne ao espaço “tradicional”, Abreu Filho destaca que as categorias de *nome* e de *luta* acionadas pelos informantes (a primeira demarcando a construção pessoal de *status*, a honra e reputação individuais e a segunda apontando para os

mecanismos desta construção) “direcionam o pensamento para uma dimensão biográfica, onde a trajetória pessoal é o foco das reflexões e onde os projetos são avaliados em termos mais individualizados” (1982: 105). Ou seja, enquanto que as categorias de *sangue*, *raça* e *nome de família* subordinam o indivíduo a uma totalidade de tal modo que o comportamento individual pode ser lido a partir de uma lógica familiar, as de *nome* e de *luta* remetem para um plano onde o indivíduo enquanto categoria moral é tomado como unidade de reflexão. Salem (1984) sugere que a violação de tabus sexuais levada a cabo por alguns dos personagens femininos rodrigueanos (como a infidelidade e o rompimento do tabu da virgindade) pode ser interpretada como situações nas quais a mulher faz de sua sexualidade para afirmar-se como um valor individual em si mesmo às expensas da unidade familiar e à revelia do poder do patriarca – quando não, contra ele.

A literatura que lida com os segmentos individualistas, por sua vez, está eivada de evidências que apontam em direção diversa, senão inversa, aos preceitos ideológicos por eles propalados. Assim é que o valor que imputam à família nuclear – como uma entidade individualizada e destacada das redes de parentesco – esbarra em uma série de constrangimentos e de contra-tendências. Situações ou experiências críticas como separação, o nascimento de uma criança ou ser mãe solteira são reveladoras do fato de que a família nuclear, bem como o indivíduo, está longe de ser o ponto de referência exclusivo. Com efeito, no momento em que uma aliança é desfeita, toda a rede de relações do casal – parentes e amigos – é de algum modo afetada, revelando que a união entre dois parceiros, por mais que suportada na escolha pessoal e na liberdade, cimeta uma totalidade que os transcende (Velho, 1983). Com o rompimento do casamento, tanto quanto na experiência de ser mãe solteira, os laços de dependência (inclusive material) com relação às famílias de origem tendem a recrudescer. Lins de Barros (1984, 1985) mostra como os avós sentem-se “usados” por seus filhos no cuidado com os netos. Este sentimento de sobrecarga torna-se especialmente agudo nos casos em que a aliança matrimonial da segunda geração é desfeita: nestas circunstâncias os avós sentem-se responsáveis – mesmo porque são freqüentemente convocados – por amparar as crianças. Além disso, o nascimento de um bebê, ao invés de isolar os cônjuges de suas famílias de proveniência (tal como projetado pelo casal grávido durante a gestação), acaba

promovendo uma soldagem entre unidades familiares.

Desvela-se assim, como marca registrada dos segmentos individualistas, uma duplicidade, se não ambivalência, entre crítica contundentemente a estrutura familiar como comprometendo os movimentos do "eu" e, ao mesmo tempo, em tê-la como referência fundamental em passagens críticas da vida. Este fenômeno afirma com maior nitidez quando se considera que, por maior que seja a importância conferida por este universo à teia de amizades, ela não substitui o espaço ocupado pela parentela. Em suma, as situações descritas põem em evidência dispositivos típicos do código da aliança relativizando tanto a idéia de família nuclear quanto a de um indivíduo auto-referido.

Contudo, o relevante papel que o parentesco desempenha neste universo ultrapassa, em muito, situações ou momentos críticos. Já foi referido que a família consta como referência fundamental nos projetos "vanguardistas" destes segmentos no sentido de que, em boa parte, eles são formulados em oposição ao *ethos* e à visão de mundo abraçados pelas famílias de proveniência. Mas a importância destas últimas extrapola também seu caráter de referência negativa. Não é infrequente o fato destes sujeitos receberem algum tipo de apoio material de suas famílias permitindo-lhes desfrutar de um padrão de vida e até mesmo implementar seus projetos "vanguardistas" que seriam inviáveis sem esta ajuda. Além disso, observa-se também que, por vezes, estes indivíduos tendem a manipular a origem familiar apresentando-se não só como uma "aristocracia de espírito" mas também "de sangue" (Velho, 1975). Várias outras evidências poderiam ser fornecidas, mas elas apenas endossariam o que, desde já, pode ser concluído: o parentesco desempenha um papel crucial na elaboração das identidades sociais no universo das camadas médias "até mesmo nos processos mais radicais de individualização" (Velho, 1981: 119).¹⁶

Resta, como última questão, examinar quais os argumentos levantados por esta literatura para explicar a tensão entre princípios individualistas e hierárquicos ou o dilema de "mudar ou permanecer" presente nos segmentos "modernos". Não há consenso entre os estudiosos quanto à forma de responder a esta questão e, além disso, um mesmo autor pode recorrer a diferentes tipos de explicação em diferentes contextos.

A tese de um descompasso entre uma mudança social acelerada e a persistência de valores arcaicos a nível inconsciente vem sendo defini-

da sobretudo por psicanalistas e psicólogos que tematizam a "família moderna" das camadas médias brasileiras (cf., por exemplo, Figueira, 1981, 1985a e Nicolaci-da-Costa, 1985, 1985a). Ou seja, estes autores sustentam que a tensão e a oscilação entre modelos "modernos" e "tradicionais" resultariam de uma descontinuidade entre sistemas simbólicos internalizados em diferentes momentos da biografia dos sujeitos. O conceito de "desmapeamento", tal como desenvolvido por Figueira (1981), condensa esta proposta: "o desmapeamento não é, como sugere a metáfora, ausência de ordem, forma ou mapa, mas a presença de ordens, formas e mapas contraditórios. A forma de família que se realiza num determinado momento e é *visível* convive, porque surgiu de um processo de mudança acelerada, em estado de conflito potencial, quando não deflagrado, com formas da família historicamente anteriores, abandonadas no processo de mudança social, mas mantidas *invisíveis, dentro dos sujeitos*, porque internalizadas em algum momento de sua formação".¹⁷ Nicolaci-da-Costa (1985) sugere que os modelos e valores arcaicos — supostamente já ausentes da sociedade em virtude da mudança social acelerada — manter-se-iam presentes dentro dos sujeitos pelo fato de terem sido internalizados durante a socialização primária, cujos conteúdos seriam, por uma série de razões, mais renitentes à mudança e a revisões.

Uma outra linha prefere interpretar a oscilação, por parte de um mesmo sujeito, entre códigos díspares e freqüentemente contraditórios como sendo um fenômeno tipicamente produzido pela própria organização das sociedades modernas complexas. Nestas, sugere-se, a coexistência de visões de mundo concorrentes e ainda, a autonomia relativa de domínios sociais (como o público e o privado) — cada qual operando com uma linguagem particular — levariam os sujeitos não só a internalizarem códigos diferentes como também a oscilarem entre eles dependendo do contexto em que estejam situados (Velho, 1975 e 1985).¹⁸

A questão da tensão entre individualizar-se e ser englobado vem sendo pensada por alguns autores como uma questão universal presente em diferentes sociedades e momentos históricos, embora seja mais visível e acentuada em contextos onde o indivíduo é focalizado como categoria fundamental: "a tensão entre a individualização propriamente dita e a inserção em uma categoria mais ampla parece ser problema universal. Sem dúvida a consciência desta tensão emerge com mais nitidez com a própria ideologia individualista" (Velho, 1981: 45).

Outros autores restringem a interpretação do aludido dilema encarando-o como uma questão constitutiva da ideologia individualista. Assim, a tensão entre o sujeito – individual ou coletivo – que busca singularizar-se e a unidade maior que o contém “fundamenta-se no próprio caráter dual que a instância mais encompassadora manifesta em sua relação com as unidades que abarca operando na fronteira, tênue e oscilante, entre ser um preventivo contra a anomia a que estariam sujeitas as unidades modernas atomizadas e constituir um constrangimento à sua individualização. Resulta daí que, no contexto sócio-cultural onde o “culto do eu” se esboça como religião (cf. Duarte, 1983), o rela-

cionamento entre o indivíduo (singular ou coletivo) e a unidade maior que o contém tenderá sempre a apresentar um cunho ambivalente, quando não conflitivo” (Salem, 1983: 19/20).

Finalmente, cabe mencionar o argumento que alude à dificuldade de implementar valores individualistas e igualitários em uma sociedade como a nossa: “em uma sociedade como a brasileira, em que a hierarquia exerce um papel crucial, com a forte crença de que cada coisa tem e deve estar em seu lugar, o pertencimento a uma família específica é elemento fundamental no sistema de classificação dos universos investigados, até mesmo nos processos mais radicais de individualização” (Velho, 1981: 119).

Notas

1. Alguns dos trabalhos aqui citados – como os de Abreu Filho, de Heilborn e de Lins de Barros – estiveram vinculados à pesquisa “Estudo Comparativo de Camadas Médias Metropolitanas e de Cidades de Interior” coordenada pelo Professor Gilberto Velho e financiada pela Financiadora de Estudos e Projetos – Finep e pela Fundação Ford.

2. Este livro reproduz sua dissertação de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, defendida em 1970.

3. Nesta associação entre família e/ou parentesco e visão de mundo, merece ser comentada a proposta de Abreu Filho que, invertendo num certo sentido as premissas do último bloco de trabalhos mencionados, elege as representações sobre parentesco como entrada principal para compreender tanto os valores básicos do setor social estudado quanto a articulação das relações sociais locais. Ou seja, sugere o autor que “em grande parte, a ordem social é pensada através de categorias fornecidas pelo sistema de representações que define o parentesco enquanto “domínio autônomo” (1981: 36).

4. Para uma discussão dos problemas envolvidos nestas tradições teóricas, cf. Velho (1975, cap. V e 1981), Abreu Filho (1980: 114 e ss) e Heilborn (1984: 1 e ss).

5. Velho, por exemplo, vem privilegiando, como objeto de estudo, precisamente os segmentos intelectualizados e psicanalisados das camadas médias cariocas moradoras na Zona Sul: “os grupos que estou particularmente interessado em discutir, dentro do universo das camadas médias, aparecem como portadores mais característicos da vertente psicologizante das ideologias individualistas” (1985: 171).

6. Estas idéias – que se fundam na noção de segmentariedade de Evans-Pritchard e na noção de “princípio de situação” elaborada por Dumont – já foram exemplarmente descritas e trabalhadas por Duarte (1985, em especial cap. II, item 1).

7. Abreu Filho sugere que um dos embaraços presentes tanto na tradição de estudos de estratificação social quanto na da estrutura de classes no que respeita às camadas médias situa-se justamente na “dificuldade de substancializar os diversos segmentos em uma categoria maior (. . .) Esse fato, em si não problemático, passa a sê-lo na medida em que a preocupação com a unidade dos setores médios (. . .) acompanha a maioria dos estudos” (1980, p. 115).

8. Em “The Metropolis and Mental Life” (1971 [19031]), Simmel sugere que os mesmos fatores que convertem os centros urbanos em núcleos da mais alta impessoalidade promovem também uma subjetividade altamente pessoal. O anseio por diferenciar-se, a atitude *blasé* e a ênfase na “reser-

va” seriam, segundo este autor, mecanismos acionados pelo homem metropolitano para permanecer perceptível para si mesmo. Gilberto Velho também vem insistindo, ao longo de seus trabalhos, na coexistência, e eventual concorrência, entre códigos culturais múltiplos ou múltiplas realidades. Ver, por exemplo, Velho (1981, cap. 1; 1985), além de Velho & Viveiros de Castro (1978).

9. Caberia também aí incluir dois trabalhos de Heilborn (1980, 1981) nos quais a autora trabalha com a idéia de “casal moderno ou emancipado” que propugna “o abandono da perenidade da relação conjugal e a flexibilização da sua concepção monogâmica” (1980: 1). A autora examina esta concepção de casal tomando como unidade de análise um *network* de mais ou menos 30 integrantes com idade variável entre 22 e 30 anos.

10. Vale ressaltar que no caso do “subversivo” e do “drogado”, ainda que os acusados possam ter, ou virem a desenvolver, uma identidade comum, as fronteiras são estabelecidas e geradas com base justamente no sistema de acusação. Neste caso os próprios conteúdos acionados pelo acusador permitem inferir categorias e valores centrais que conformam sua visão de mundo. Foi esta a perspectiva privilegiada por Gilberto Velho no mencionado artigo.

11. Cf. Velho (1975: 74).

12. Existem algumas diferenças significativas entre Simmel e Dumont no que tange à noção de indivíduo. A concepção de individualismo em Dumont, estando presa ao espaço econômico, político e filosófico, está também vinculada a uma visão formalística e jurisdicista do indivíduo. Simmel, por sua vez, encontra-se muito mais comprometido com uma sociologia das experiências pessoais ou com o contorno particular assumido pela vida psicológica individual no espaço da metrópole de tal modo que, para ele, o indivíduo moderno, além de ser um ente moral, é também concebido como um ser psicológico. Esta dimensão – desprezada nos trabalhos de Dumont – já fora examinada no clássico artigo de Mauss (1971) sobre a noção de pessoa.

13. O termo “indivíduo coletivo” é tomado de Dumont (1971), mas Simmel também faz referência ao fenômeno de “individuação de coletividades” (1971: 264).

14. Nas palavras de Velho: “a essa consciência da individualidade fabricada dentro de uma experiência cultural específica – corresponderá uma maior elaboração de um *projeto*. Este será estimulado e encontrará uma linguagem própria para expressá-lo – a psicanálise, especificamente, e o discurso psicológico em geral, é em parte consequência e em parte criador deste tipo de individualismo. Cada vez fica mais difícil pensar um sem o outro. Ver-se como unidade significativa básica, procurando a sua “verdade”, desenvolvendo potencialidades particulares, rompendo “simbioses” faz parte do credo analítico” (Velho, 1981: 32). Cf. também Velho (1985).

15. Ainda que estas práticas e este padrão discursivo pareçam mais recorrente nas gerações mais novas (cf. Almeida, 1985a), eles não lhes são exclusivos. O trabalho de Lins de Barros sobre a velhice em um grupo de mulheres católicas atuantes (1981) revela que, aos olhos das informantes, a realização de sua individualidade e a consecução de seu projeto de militância religiosa-assistencial só era viável na medida em que estabelecessem uma opção não-familiar para a velhice.

16. Ou, como sugere uma das informantes de Heilborn que abraça a ideologia do “casal emancipado”: “o pior é que todo desvio acaba voltando à casa paterna” (1980: 9).

17. Figueira argumenta que o fenômeno do *desmapeamento* – *acirrado a partir dos anos 50* em virtude da mudança social acelerada atravessada pela sociedade brasileira – seria um dos fatores responsáveis pelo *boom* psicanalítico verificado nas décadas seguintes nos grandes centros urbanos.

18. Esta situação pode gerar uma “tensão existencial” e o recurso à psicanálise é mencionado como um dos mecanismos privilegiados por segmentos das camadas médias para atingir, ou ao menos buscar, a coerência. (Velho, 1985).

Bibliografia

- Abreu Filho, O.
1980. *Sangue, Raça e Luta: identidade e parentesco em uma cidade do interior*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/ Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 237 pp., mimeo.
- Abreu Filho, O.
1981. O Parentesco como Sistema de Representações: um estudo de caso. In Velho, G. & Figueira S. (orgs.), *Família, Psicologia e Sociedade*. Campus, Rio de Janeiro. pp. 135-150.
- Abreu Filho, O.
1982. Parentesco e Identidade Social. *Anuário Antropológico 80*. Edições Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, pp. 95-118.
- Almeida, M. I. M.
1985a. "A A maternidade, nova mas presa ao destino". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 4.
- Almeida, M. I. M.
1985b. *A Modernização da Maternidade (1950 - 1980): uma abordagem sociológica da construção da subjetividade na família de classe média brasileira*. Tese de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 296 pp. mimeo.
- Bott, E.
1976. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Costa, M. C.
1985. *Sobre o Segredo: adoção em famílias de camadas médias*. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 26 pp., mimeo.
- Dauster, T.
1984. *A Experiência Obrigatória: notas sobre o significado do filho em camadas médias urbanas*. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 26 pp. mimeo.
- Dauster, T.
1984a. *A Invenção do Amor: amor, sexo e família em camadas médias urbanas*. Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, 19 pp., mimeo.
- Dauster, T.
1985. *Laços e Nós: indivíduo, família e amigos*. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 32 pp. mimeo.
- Dauster, T.
1985a. "A Desafiante Mãe Solteira". *Jornal do Brasil*. 14 de julho, Caderno Especial, p. 4.
- Duarte, L. F. D.
1983. "Três Ensaio sobre Pessoa e Modernidade". *Bol. Mus. N.S., Antropologia* (41): 1-69.
- Duarte, L. F. D.
1985. *Da Vida Nervosa: pessoa e modernidade entre as classes trabalhadoras urbanas*. Tese de Doutorado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 662 pp., mimeo.
- Dumont, L.
1971. "Religion, Politics and Society in the Individualistic Universe". *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland for 1970*, London, pp. 31-41.

- Figueira, S.
1981. "Psicanálise e Antropologia: uma visão de mundo brasileiro". *Jornal do Brasil*, 20 de dezembro, p. 6.
- Figueira, S.
1985. "Modernização da Família e Desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil". In Figueira, S. (org.), *Cultura da Psicanálise*. Brasiliense, São Paulo.
- Figueira, S.
1985a. "No Reino da Opção". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 6.
- Heilborn, M. L.
1980. *Compromisso de Modernidade: casal, vanguarda e individualismo*. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 24 pp., mimeo.
- Heilborn, M. L.
1981. *Notas para um Estudo sobre Casais: a fidelidade em questão*. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 13 pp. mimeo.
- Heilborn, M. L.
1984. *Conversa de Portão: juventude e sociabilidade em um subúrbio carioca*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 212 pp. mimeo.
- Heilborn, M. L.
1984a. "Visão de Mundo e Ethos em Camadas Médias Suburbanas no Rio de Janeiro". In Rodrigues, L. M. et al. *Ciências Sociais Hoje*. pp. 88-99. São Paulo. Cortez.
- Lins de Barros, M. M.
1981. "Testemunho de Vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice". *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, Rio de Janeiro, Zahar, (2): 11-70.
- Lins de Barros, M. M.
1984. *Representação da Família pelos Avós*. Comunicação apresentada no VIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Águas de São Pedro, São Paulo, 46 pp. mimeo.
- Lins de Barros, M. M.
1985. "Avós, Autoridade e Afeto". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 3.
- Lins de Barros, M. M.
1986. *Avós: autoridade e afeto. Um estudo de famílias de camadas médias urbanas*. Tese de Doutorado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 271 pp., mimeo.
- Lo Bianco, A. C.
1985. "A Psicologização do Afeto". In Figueira, S. (org.) *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense.
- Mauss, M.
1971. "Sobre una Categoría del Espíritu Humano: la noción de persona y la noción del 'yo'". In Mauss, M. (org.) *Sociología y Antropología*. Madrid, Tecnos.
- Moraes, D. P.
1985. "A opção de Ser Solteiro". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 5.
- Nicolaci da Costa, A. M.
1985. "Mal-Estar na Família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos". In Figueira, S. (org.), *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense.

- Nicolaci da Costa, A. M.
1985a. "Escola Experimental ou Antiga?". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 2.
- Rocha, A. L. C.
1985. *A Dialética do Estranhamento: a reconstrução da identidade social de mulheres separadas em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 440 pp., mimeo.
- Salem, T.
1980. *O Velho e o Novo: um estilo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis, Vozes.
- Salem, T.
1983. "O ideário do 'Parto Sem Dor': uma leitura antropológica". *Bol. Mus. Nac., Antropologia*, (40): 1-27.
- Salem, T.
1984. *A Família em Cena: uma leitura antropológica da dramaturgia de Nelson Rodrigues*. Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, 22 pp. mimeo.
- Salem, T.
1984a. *Etnografia de Reuniões para Casais Grávidos*. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 44 pp. mimeo.
- Salem, T.
1985. "A Trajetória do Casal Grávido: de sua constituição à revisão de seu projeto". In Figueira, S. (org.), *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense.
- Salem, T.
1985a. "Gravidez um projeto a dois". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 5.
- Simmel, G.
1971. *On Individuality and Social forms*. Chicago, University of Chicago Press.
- Vaitsman, J.
1985. "Casal, sim, mas cada um na sua casa". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 3.
- Velho, G.
1973. *A Utopia Urbana*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Velho, G.
1975. *Nobres e Anjos: um estudo de tóxico e hierarquia*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 184 pp. mimeo.
- Velho, G.
1981. *Individuálismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Velho, G.
1983. "Aliança e Casamento na Sociedade Moderna: separação e amizade em camadas médias urbanas". *Bol. Mus. Nac., N.S., Antropologia*, (39): 1-11.
- Velho, G.
1985. "A Busca de Coerência: coexistência e contradições entre códigos em camadas médias urbanas". In Figueira, S. (org.), *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense.

Velho, G.
1985a. "Dramas e Rotinas da Separação". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 2.

Velho, G. & Viveiros de Castro, E.
1978. "O Conceito de Cultura nas Sociedades Complexas: uma perspectiva antropológica". *Artefato*, Rio de Janeiro, Conselho Estadual de Cultura. I (1): 4-9.

Resumo

Este trabalho discute a possibilidade de se estabelecer uma distinção entre os conceitos de cultura e de civilização, a partir de uma análise das condições de produção e de reprodução da cultura em sociedades complexas. A cultura é entendida como um conjunto de práticas e valores que são produzidos e reproduzidos em um contexto social específico. A civilização, por outro lado, é entendida como um conjunto de práticas e valores que são produzidos e reproduzidos em um contexto social mais amplo e mais complexo.

A cultura é entendida como um conjunto de práticas e valores que são produzidos e reproduzidos em um contexto social específico. A civilização, por outro lado, é entendida como um conjunto de práticas e valores que são produzidos e reproduzidos em um contexto social mais amplo e mais complexo.

Este trabalho discute a possibilidade de se estabelecer uma distinção entre os conceitos de cultura e de civilização, a partir de uma análise das condições de produção e de reprodução da cultura em sociedades complexas.

Este trabalho discute a possibilidade de se estabelecer uma distinção entre os conceitos de cultura e de civilização, a partir de uma análise das condições de produção e de reprodução da cultura em sociedades complexas.

A cultura é entendida como um conjunto de práticas e valores que são produzidos e reproduzidos em um contexto social específico. A civilização, por outro lado, é entendida como um conjunto de práticas e valores que são produzidos e reproduzidos em um contexto social mais amplo e mais complexo.

Este trabalho discute a possibilidade de se estabelecer uma distinção entre os conceitos de cultura e de civilização, a partir de uma análise das condições de produção e de reprodução da cultura em sociedades complexas.

Este trabalho foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Rev. Bras. de Antrop., v. 11, pp. 1-9, 1978